

Assistente de diversas disciplinas do curso de Direito da Universidade Internacional, em Lisboa (1989-1997);

Regente de diversas disciplinas do curso de Direito, na Universidade de Direito da Guiné-Bissau, ao abrigo de protocolo existente entre o Governo Português e a República da Guiné-Bissau (1994);

Assistente de diversas disciplinas do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1989-1995);

Regente das disciplinas de Direito Processual Penal e Direito Penal na Academia Militar, em Lisboa;

Palestras e diversos cursos de formação na área de Direito Penal, Teoria Geral das Informações e outros (1999-2005);

«O Tráfico de Armas em Portugal», conferência organizada pela Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP).

6 — Publicações:

As Prisões em Portugal, Relatório do Provedor de Justiça, 1996 (co-autoria);

Introdução ao Estudo do Direito, ed. da Faculdade de Direito de Lisboa, 1987-1988 (co-autoria);

Lições de Direito Processual Penal, Prof.^a Teresa Belezinha (co-autoria);

Breves Notas sobre o Cumprimento Defeituoso no Contrato de Empreitada, ed. da Coimbra Editora;

A Adopção, ed. da Faculdade de Direito de Lisboa, 1994;

«Criminalidade grupal», artigo publicado no livro *Informações e Segurança Interna*, ed. da Coimbra Editora, 1998.

202786939

Despacho n.º 1114/2010

Nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 9.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril, é nomeada directora-geral da Política de Justiça, em comissão de serviço, a licenciada Rita Faden da Silva Moreira Araújo, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções, como evidencia o respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2009.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

ANEXO

Síntese curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Rita Faden da Silva Moreira Araújo.
Data de nascimento — 18 de Março de 1965.

2 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Pós-graduação em Estudos Europeus — Dominante Jurídica, na Universidade Católica Portuguesa.

3 — Carreira profissional:

2006-2009 — directora-geral da Administração Interna do Ministério da Administração Interna — nomeada com a responsabilidade particular de criar a nova Direcção-Geral e pôr em funcionamento uma nova estrutura com competências em três áreas:

Planeamento estratégico e política legislativa — apoio técnico em matéria de formulação e acompanhamento da execução das políticas, das prioridades e dos objectivos do MAI e assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do MAI (SIADAP) e coordenar e controlar a sua aplicação;

Relações internacionais — apoiar a definição e a execução da política de relações internacionais e cooperação no âmbito do MAI, assegurar a participação e a coordenação da representação do MAI no quadro da União Europeia, coordenando a representação do MAI na negociação de convenções, acordos e tratados internacionais de natureza bilateral ou multilateral, e

Administração eleitoral — organizar e apoiar tecnicamente a execução dos referendos e dos processos eleitorais de âmbito nacional, regional, local e da União Europeia, assegurar o recenseamento eleitoral, organizar,

manter e gerir a base de dados central do recenseamento eleitoral, difundir informação pública sobre o sistema e os actos eleitorais e informar e dar parecer sobre matéria eleitoral;

2004-2006 — directora do Gabinete de Assuntos Europeus (GAE) do Ministério da Administração Interna:

Responsável pela direcção, coordenação e orientação do GAE, que tem funções de coordenação, acompanhamento e preparação da posição portuguesa nas relações com a União Europeia nas áreas de atribuição do MAI;

Responsável pela coordenação interna dos serviços e forças de segurança do MAI no quadro das relações bilaterais com países terceiros, com organizações internacionais, política de cooperação e participação em missões de paz;

1999-2004 — directora de serviços das questões da justiça e assuntos internos (JAI) da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Responsável pela criação e organização da nova Direcção de Serviços JAI da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários;

Orientação e acompanhamento do trabalho desenvolvido na Direcção de Serviços JAI nas seguintes matérias: política de imigração, integração dos imigrantes, fronteiras, asilo, vistos, racismo e xenofobia, Acordo de Schengen, droga, cooperação policial, luta contra a criminalidade organizada, cooperação judiciária em matéria penal e terrorismo;

1999 — chefe de divisão da Direcção de Serviços do Mercado Interno da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1997-1999 — directora de área no Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares;

1996-1997 — adjunta do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, a exercer funções no Gabinete do Coordenador Nacional para os Assuntos da Livre Circulação de Pessoas no Espaço Europeu: responsável pela preparação e coordenação da posição portuguesa nas instâncias do acordo de Schengen; Integração no núcleo de coordenação da presidência portuguesa do Acordo de Schengen (de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1997);

1991-1996 — técnica superior na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Integração na equipa da Direcção-Geral das Comunidades Europeias que preparou e negociou o processo de adesão de Portugal ao Acordo de Schengen e à Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen;

Responsável pelo *dossier* «Acordo de Schengen» de 1991 a 1996; Advogada, com inscrição suspensa na Ordem dos Advogados.

202785959

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA SAÚDE

Despacho n.º 1115/2010

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 234/2008, de 2 de Dezembro, 3 e 4 do artigo 19.º e 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e com a redacção do artigo 30.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, é nomeada, em comissão de serviço, para exercer as funções de vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., a licenciada Rita Belezinha de Miranda de Magalhães Collaço, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, aplicável por força do n.º 1 do artigo 25.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção acima referida, e pelo artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 222/2007, de 29 de Maio, a referida nomeação destina-se a completar o período de mandato em curso do conselho directivo.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2009.

12 de Janeiro de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.